



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO TST.GP Nº 731

Brasília, 19 de outubro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado Federal

Brasília – DF

Assunto: Indicação do Excelentíssimo Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, do Excelentíssimo Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha e do Excelentíssimo Senhor Guilherme Guimarães Feliciano para integrarem o Conselho Nacional de Justiça.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, informo a Vossa Excelência que o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão ordinária, decidiu indicar o nome do Excelentíssimo Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, do Tribunal Superior do Trabalho, do Excelentíssimo Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e do Excelentíssimo Senhor Guilherme Guimarães Feliciano, Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté/SP, para integrarem o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do artigo 103-B, incisos III, VIII e IX, da Constituição da República, respectivamente, consoante consta das anexas Resoluções Administrativas nº 2.501, 2.502 e 2.503, de 16 de outubro de 2023.

Submeto, assim, as indicações em referência à apreciação dessa Casa, a teor do que preceitua o art. 103-B, § 2º, do Texto Constitucional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Para tanto, encaminho a Vossa Excelência a documentação anexa correlata ao Ministro, Desembargador e Juiz do Trabalho indicados, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Renovo, à ocasião, protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

LELIO BENTES
CORREA:36362

Assinado de forma digital por LELIO BENTES CORREA:36362
DN: c=BR, o=C=Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - AC-JUS, ou=1.6799897000120, ou=Videoconferencia, ou=Cert-JUS Magistrado - AS, ou=PODER JUDICIÁRIO, ou=MAGISTRADO, cn=LELIO BENTES CORREA:36362
Dados: 2023.10.19 17:46:24 -03'00'

LELIO BENTES CORRÊA

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e
do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
TRIBUNAL PLENO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2.501, DE 16 DE OUTUBRO DE 2023.

Elege o Excelentíssimo Senhor Ministro
Guilherme Augusto Caputo Bastos para
integrar o Conselho Nacional de Justiça.

O EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, em Sessão Ordinária hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Lelio Bentes Corrêa, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Vice-Presidente do Tribunal, Dora Maria da Costa, Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Mauricio José Godinho Delgado, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Delaíde Alves Miranda Arantes, Hugo Carlos Scheuermann, Alexandre de Souza Agra Belmonte, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros, Alexandre Luiz Ramos, Luiz José Dezena da Silva, Evandro Pereira Valadão Lopes, Amaury Rodrigues Pinto Junior, Alberto Bastos Balazeiro, Morgana de Almeida Richa, Sergio Pinto Martins e Liana Chaib e a Excelentíssima Senhora Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Subprocuradora-Geral do Trabalho,

considerando o término do mandato do Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho no cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, a ocorrer no dia 14 de dezembro de 2023;

considerando o disposto nos artigos 103-B, inciso III, da Constituição da República e 75, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho,

RESOLVE

eleger, por aclamação, o Excelentíssimo Senhor Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Publique-se.

LELIO BENTES
CORREA:36362

Assinado de forma digital por LELIO BENTES CORREA:36362
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - ACeJUS,
ou=18799897000120, ou=Videoconferência, ou=CerPlus Magistrado-A3,
ou=PODER JUDICIARIO, ou=MAGISTRADO, cn=LELIO BENTES CORREA:36362
Data: 2023.10.18 16:51:07 -03'00'

LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

**Guilherme Augusto Caputo Bastos**Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/2266997619550287>

Última atualização do currículo em 18/10/2023

Resumo informado pelo autor

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST desde 2007. Bacharel em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-graduado em Direito do Trabalho pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e em Direito Material e Processual do Trabalho pela Universidade de León, na Espanha. Pós-graduado em Direito do Trabalho pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Doutorando em Direito Desportivo da Universidade Nove de Julho – UNINOVE. Ingressei na carreira pública em 1977 ao ser aprovado em concurso público do Judiciário Federal. Em 1989, após aprovação em concurso público de provas e títulos, fui nomeado Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 10 Região. Em 1992 fui nomeado Desembargador Federal do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 23 Região. Fui eleito Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23 Região (MT) para o biênio 1995/1997 e eleito Presidente para o biênio 1997/1999. Atuei como Juiz Convocado no Tribunal Superior do Trabalho a partir de janeiro de 2000 em períodos descontínuos, até tomar posse no TST como Ministro. Fundador da Academia Nacional de Direito Desportivo e detentor de honrarias com destaque para a Ordem do Mérito Desportivo concedida pela Presidência da República pelo destacado trabalho no âmbito do direito desportivo. Atualmente compõe o Conselho Acadêmico Superior na ANDD e Presidente da Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo – ABDPM. Exerce o cargo de Corregedor-Geral do Trabalho no ano de 2022.

(Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome: Guilherme Augusto Caputo Bastos

Dados pessoais

Filiação	Maurício de Campos Bastos e Cléa Caputo Bastos
Nascimento	informações pessoais
Carteira de Identidade	informações pessoais
CPF	informações pessoais
Passaporte	DC000831
Endereço residencial	informações pessoais
Endereço profissional	Tribunal Superior do Trabalho, GABINETE DO MINISTRO CAPUTO BASTOS - GMCB Tribunal Superior do Trabalho (TST) Bloco B - 4º andar - Sala 41 Zona Cívico-Administrativa - Brasília 70070943, DF - Brasil Telefone: 61 30433230
Endereço eletrônico	E-mail para contato : gmcab@tst.jus.br

Formação acadêmica/titulação

- | | |
|-------------|--|
| 2021 | Doutorado em Direito Desportivo, Universidade Nove de Julho, UNINOVE, São Paulo, Brasil
Título: FUNDAMENTOS DO DIREITO DO DESPORTO NA ATMOSFERA ECONÔMICA E EMPRESARIAL BRASILEIRA
Orientador: Ricardo Sayeg |
| 1988 - 1989 | Especialização em Direito do Trabalho, Centro de Ensino Unificado de Brasília, CEUB, Brasil
Título: Direitos Sociais na Nova Constituição
Orientador: Estevan Augusto dos Santos Pereira |
| 1984 - 1986 | Graduação em Direito, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
Título: Direito Trabalhista, Ano de obtenção: 1986
Orientador: José Carlos Barata |

Atuação profissional

1. Tribunal Superior do Trabalho – TST-DF

Vínculo institucional**2007 - Atual** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Regime: Dedicção exclusiva**2000 - 2007** Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Juiz Convocado para atuar no TST, Regime: Dedicção exclusiva
Outras informações:
Convocado para atuar no Tribunal Superior do Trabalho – TST nos seguintes períodos: 1º de agosto de

2007 a 03 outubro de 2007 (RA nº 1148-2006 do TST); 1º de fevereiro a 30 de junho de 2006 (RA nº 1109-2005 do TST); 1º de agosto a 19 de dezembro de 2005 (RA nº 1072-2005 do TST); 1º de fevereiro a 30 de junho de 2005 (RA nº 1019-2004 do TST); 2 de agosto a 17 de dezembro de 2004 (RA nº 999-2004, 30,06,2004); 15 de janeiro a 30 de abril de 2004, na condição de Membro da Comissão Geral Organizadora do Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais, realizado no TST no período de 29 de março a 1º de abril de 2004 (ATO, GDGCJ, GP, Nº 517-2003; OF, SETP, GP Nº 107-04; ATO, GDGCJ, GP, Nº 144/2004); 1º de agosto a 19 de dezembro de 2003 (RA nº 933-2003); 3 de fevereiro a 30 de junho de 2003 (RA nº 909-2002); 1º de agosto a 19 de dezembro de 2002, (RA nº 886/2002 (OF, SETP, Nº 288-2002, 28,06,2002); 16 de maio a 30 de junho de 2002 (RA nº 856/2002 (OF, GDGCJ, GP nº 069-2002, 14,05,2002), em substituição ao Exmo. Sr. Ministro João Oreste Dalazen; 14 de agosto a 31 de outubro de 2000 (ATO, GDGCJ, GP Nº 496-2000, 03,08,2000); 1º de fevereiro a 30 de junho de 2000 (RA nº 670-99),

2. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - TRT 10

Vínculo institucional

1989 - 1992 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Juiz do Trabalho Substituto, Regime: Parcial
Outras informações:
Nomeado, após aprovação em concurso público de provas e títulos, para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto no Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília-DF,

3. Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - TRT 23

Vínculo institucional

1997 - 1999 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Presidente do TRT 23, Regime: Dedicção exclusiva
Outras informações:
Eleito Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região para o biênio agosto de 1997 a agosto de 1999,

1997 - 1997 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Presidente do TRT 23, Regime: Dedicção exclusiva
Outras informações:
Designado para exercer a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, através da Resolução Administrativa nº 142/96 (art. 23, § 2º do Regimento Interno), período de 1º,03,97 a 15,08,97,

1996 - 1996 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Presidente da Comissão de Obras, Regime: Parcial
Outras informações:
Nomeado, através da Resolução Administrativa nº 028/96 - (342), do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Presidente da Comissão de Obras para a construção do complexo trabalhista em Cuiabá-MT, Nomeado, através da Resolução Administrativa nº 27/96 - (343), do Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Presidente da Comissão de Obras para a construção da sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Rondonópolis-MT,

1996 - 1997 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Diretor da Escola Judicial do TRT 23, Regime: Parcial
Outras informações:
Eleito Diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região para o período compreendido entre junho de 1996 e agosto de 1997,

1995 - 1997 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Vice-Presidente do TRT 23, Regime: Parcial
Outras informações:
Eleito Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, para o biênio agosto de 1995 a agosto de 1997,

1995 - 1997 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Coordenador Geral de Eventos da AMATRA XXIII, Regime: Parcial
Outras informações:
Nomeado, por ato da Presidência da AMATRA XXIII, Coordenador Geral de Eventos para o biênio abril de 1995 a abril de 1997,

1993 - 1995 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Presidente da AMATRA XXIII, Regime: Parcial
Outras informações:
Eleito Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região - AMATRA XXIII, para o biênio 1993 a 1995,

1992 - 2007 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Desembargador Federal do Trabalho, Regime: Dedicção exclusiva
Outras informações:
Nomeado, mediante promoção, pelo critério de merecimento, ao cargo de Desembargador Federal do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com sede em Cuiabá-MT,

4. Tribunal Federal de Recursos - TFR

Vínculo institucional

1985 - 1989 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Técnico Judiciário, Regime: Dedicção exclusiva
Outras informações:
Admitido, por concurso público interno, no cargo de Técnico Judiciário do quadro do Tribunal Federal de Recursos, 1985, classificando-se em 1º lugar,

1977 - 1985 Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Auxiliar Judiciário, Regime: Dedicção exclusiva
Outras informações:
Admitido, por concurso público, no cargo de Auxiliar Judiciário do quadro do Tribunal Federal de Recursos, 1977,

5. Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Vínculo institucional

2000 - 2002 Vínculo: Juiz eleito, Enquadramento funcional: Juiz do Tribunal Administrativo do BID, Regime: Parcial
Outras informações:
Eleito Juiz do Tribunal Administrativo pelo Diretório Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com sede em Washington, D.C., EUA, em 19 de junho de 2000, com exercício no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2002,

Projetos

Projetos de pesquisa

2021 - Atual FUNDAMENTOS DO DIREITO DO DESPORTO NA ATMOSFERA ECONÔMICA E EMPRESARIAL BRASILEIRA

Descrição: Identificar e problematizar as especificidades pertinentes ao domínio reservado ao desporto, debruçando-se sobre os aspectos relacionados à sua origem e à perspectiva de sua evolução, enquanto direito fundamental consagrado na Constituição Federal, no contexto socioeconômico brasileiro, notadamente em face de sua relevância cultural e da repercussão jurídica das diversas relações que se constituem em virtude de uma atividade desportiva. Busca explorar o liame existente entre o conceito de

Economia Criativa e o desporto no Brasil e no mundo, Propõe atribuir ao Direito Desportivo tratamento condizente com a sua condição de autonomia e de independência, não obstante pretenda estabelecer a conexão subsidiária com outras repartições do sistema jurídico pátrio, sobretudo o Direito do Trabalho, Procede ao exame e à proposição de soluções eminentemente jurídicas no plano de demandas estabelecidas no cenário desportivo, tais como as que se referem à intervenção do Estado, às formalidades do contrato especial de trabalho desportivo, ao dano moral, ao doping, à transexualidade e à eficácia das normas internacionais no desporto brasileiro, Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa Alunos envolvidos: Doutorado (1); Integrantes: Guilherme Augusto Caputo Bastos (Responsável); ; Ricardo Hasson Sayeg

Áreas de atuação

1. Direito
2. Direito do Trabalho
3. Direito Desportivo

Idiomas

Inglês	Compreende Razoavelmente , Fala Pouco , Escreve Pouco , Lê Razoavelmente
Espanhol	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem

Prêmios e títulos

- 2023** Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da 9ª Região - Ordem das Auracárias, no grau Grã-Cruz,, Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
- 2022** Medalha ANDES, Associação Nacional de Desembargadores
- 2022** Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios, no grau Grão-Colar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF
- 2021** Medalha do Mérito da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à advocacia pública e à cultura jurídica fluminense, Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro
- 2021** Reconhecimento pela destacada e reconhecida atuação como Associado Benemérito do IBDD, Instituto Brasileiro de Direito Desportivo - IBDD
- 2018** Homenageado nas comemorações dos 25 anos de instalação do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, por sua valiosa participação na construção da história da Justiça do Trabalho em Mato Grosso Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
- 2018** Medalha Marcílio Ramos Krieger, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à causa da Justiça Desportiva, Tribunal de Justiça Desportiva do Estado de Santa Catarina
- 2017** Medalha Marcílio César Ramos Krieger, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à causa da Justiça Desportiva, Tribunal de Justiça Desportiva do Estado de Santa Catarina
- 2016** Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, em homenagem aos relevantes serviços prestados à cultura jurídica e à Justiça do Trabalho, no Rio de Janeiro, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
- 2013** Comenda Ministro Coqueijo Costa, Grau Grande-Oficial, Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
- 2013** Homenageado pelos alunos da primeira turma de Direito Desportivo da Universidade Federal de Goiânia, por seu empenho na criação deste curso, em Goiânia, Universidade Federal de Goiás
- 2013** Título de Cidadão Sinopense Honorário, com base no que dispõe o artigo 27, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal, Câmara Municipal de Sinop - MT
- 2012** Comenda Mérito Benjamin Colucci, concedida em reconhecimento aos relevantes serviços prestados às instituições jurídicas e sociais, 4ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Juiz de Fora - MG
- 2011** Comenda Ministro Mário Henrique Simonsen, Grau Comendador, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
- 2011** Medalha Ministro Celso Furtado pelos serviços prestados à classe dos Economistas, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
- 2011** Ordem do Mérito Alferes Joaquim José da Silva Xavier, Grau Grande Oficial, Governo do Distrito Federal
- 2011** Ordem do Mérito Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge, Grau Grã-Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região
- 2010** Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Desembargador Ari Rocha, no grau Grã-Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
- 2010** Título de Cidadão Honorário de Lucas do Rio Verde, através do Decreto Legislativo nº 90-2010, Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde - MT
- 2010** Título de Cidadão Honorário de Lucas do Rio Verde concedida em reconhecimento aos relevantes serviços prestados na aprovação do anteprojeto para criação e instalação da Vara do Trabalho, Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde - MT
- 2010** Título de Cidadão Honorário do Município de Nova Mutum, através do Decreto Legislativo nº 108/2010, Câmara Municipal de Nova Mutum
- 2010** Título de Cidadão Honorário do Município de Sapezal, através da Lei nº 889 de 05/08/2010, Câmara Municipal de Sapezal em Sapezal - MT
- 2010** Título de Cidadão Peixotense, através do Decreto Legislativo nº 036/2010, Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo
- 2010** Título de sócio benemérito do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo pelos relevantes serviços prestados ao Direito Desportivo, Instituto Brasileiro de Direito Desportivo
- 2009** Medalha comemorativa dos 60 anos da Constitucionalização da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho
- 2009** Medalha de Grande Colar do Mérito Judiciário do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
- 2008** Moção de Aplauso pela palestra proferida no Curso Especial de Aperfeiçoamento para Profissionais do Direito de nº,36/08, Câmara Municipal de Aragarças
- 2008** Moção de Aplauso pela realização do ciclo de palestra/curso com o objetivo de facilitar o aprimoramento profissional dos advogados das cidades: Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO, Câmara Municipal de Pontal do Araguaia-MT
- 2008** Moção de Congratulações pela participação no Curso Especial de Aperfeiçoamento para Profissionais do Direito de nº 209/08, de 09/09/2009, Barra do Garças-MT
- 2008** Moções de Aplausos por ocasião da realização do Ciclo Mato-Grossense: Direitos Fundamentais Constitucionais e formas de sua Tutela, Município de Pontal do Araguaia-MT Barra do Garças-MT e Aragarças-GO

- 2007** Ordem Anhanguera do Mérito Judiciário do Trabalho no Grau Grande Cruz, Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
- 2005** Comenda da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho, Grau Grande Oficial, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
- 2005** Título de Cidadão Pessoaense, honraria outorgada através do Decreto Legislativo nº 54 de 09 de novembro de 2005, Câmara Municipal de João Pessoa - PB
- 2004** Moção de Aplauso da Câmara Municipal de Uberlândia, pela participação na coordenação do Fórum Internacional de Direitos Humanos e Direitos Sociais pelo TST, Câmara Municipal de Uberlândia
- 2003** Comenda da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário do Trabalho, Grau Grande Oficial, Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região
- 2003** Comenda Mérito Benjamin Colucci, 4ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Juiz de Fora-MG
- 2000** Comenda da Ordem do Mérito Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge, Grau "Grã-Cruz", Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região
- 2000** Título de Cidadão Peixotense, Decreto-legislativo 003/98, Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo-MT
- 1999** Comenda da Ordem do Mérito de Dom Bosco, Grau Grande Oficial, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
- 1999** Comenda da Ordem do Mérito do Trabalho, Grau Grande Oficial, Tribunal Superior do Trabalho
- 1999** Moção de Aplauso da Câmara Municipal de Água Boa-MT, Câmara Municipal de Água Boa-MT
- 1999** Título de Cidadão Mato grossense, honraria outorgada através da Resolução nº 67/97, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
- 1999** Título de Cidadão Rondonopolitano, honraria outorgada através do Decreto Legislativo nº 1103 de 28 de maio de 1999, Câmara Municipal de Rondonópolis-MT
- 1998** Diploma Amigo da Brigada, 13ª Brigada de Infantaria Motorizada - Brigada Barão de Melgaço
- 1998** Diploma de Honor al Mérito, Asociación Iberoamericana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social
- 1998** Diploma de Miembro de Número, Asociación Iberoamericana de Juristas del Derecho del Trabajo y la Seguridad Social
- 1998** Título de Cidadão Honorário Tangaraense, honraria outorgada através do Decreto Legislativo nº 016/98 de 22.04.98, Câmara Municipal de Tangará da Serra
- 1997** Título de Cidadania Barra-garcense, Resolução nº 007/97, de 27 de maio de 1997 e Ato nº 003/97, de 09 de julho de 1997, Câmara Municipal de Barra do Garças
- 1997** Título de Cidadão Altaflorestense, Decreto Legislativo nº 116/96 de 11 de dezembro de 1996, Câmara Municipal de Alta Floresta
- 1997** Título de Cidadão Colidense, Decreto Legislativo nº 017/97 de 15 de agosto de 1997, Câmara Municipal de Colíder
- 1997** Título de Cidadão Cuiabano, Decreto Legislativo de nº 019/97 de 03/04/1997, Câmara Municipal de Cuiabá
- 1997** Título de Cidadão Diamantinense, Decreto Legislativo nº 078/97, em 06.02.97, Câmara Municipal de Diamantino
- 1996** Comenda do Comércio do Estado de Mato Grosso, Sistema Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso
- 1996** Diploma de Honra ao Mérito, Associação Cuiabana de Cultura - Muxirum
- 1996** Diploma de Honra ao Mérito, Diretoria do Mestrado em Saúde Pública, Epidemiologia e Meio Ambiente da Universidade de León
- 1996** Diploma de Honra ao Mérito, Sistema Federação do Comércio de Mato Grosso
- 1996** Diploma em comemoração aos 55 anos da instalação da Justiça do Trabalho e 50 anos de sua integração no Poder Judiciário, Tribunal Superior do Trabalho
- 1995** Diploma de Colaborador Emérito do Exército, Comando Militar do Oeste
- 1995** Medalha da Universidade de León, Universidade de León
- 1994** Comenda da Ordem do Mérito do Estado de Mato Grosso, Grau Oficial, Estado de Mato Grosso
- 1994** Comenda da Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho, grau "Grã-Cruz", Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
- 1992** Comenda da Ordem do Mérito do Trabalho, Grau Oficial, Tribunal Superior do Trabalho
- 1991** Medalha do Cinquentenário da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

- BASTOS, G. A. C.; SAYEG, R. H.**
Estatuto de defesa do torcedor e a segurança de eventos desportivos: uma análise sobre a responsabilidade objetiva atribuída às entidades equiparadas a fornecedor e aos seus dirigentes, REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO). , v.137, p.199 - 216, 2021.
- BASTOS, G. A. C.; FERNANDES, J. V.**
Doutrina: a fraude no contrato de licença de uso de imagem, Revista LTr, Legislação do Trabalho, , v.83, p.781 - 788, 2019.
- BASTOS, G. A. C.**
A fraude no contrato de licença de uso de imagem, Revista Academia Nacional de Direito Desportivo, , v.5, p.124 - 142, 2018.
- BASTOS, G. A. C.; SILVA, J. C. O.**
Limites constitucionais impostos ao sindicato para transacionar direitos individuais homogêneos em ação coletiva e a extensão subjetiva da coisa julgada, Revista LTr, Legislação do Trabalho, , v.82, p.1287 - 1295, 2018.
- BASTOS, G. A. C.**
Estatuto de defesa do torcedor e a segurança dos partícipes de eventos desportivos: uma análise sobre a responsabilidade objetiva atribuída às entidades equiparadas a fornecedor e aos seus dirigentes, Revista Academia Nacional de Direito Desportivo, , v.4, p.76 - 100, 2017.
- BASTOS, G. A. C.**
Intervenção estatal na regulamentação do desporto, Revista Academia Nacional de Direito Desportivo, , v.3, p.149 - 165, 2017.

7. BASTOS, G. A. C.
A parceria comercial entre ECT – Empresa de Transporte Rodoviário de Carga e TAC – Transportador Autônomo de Carga – Lei nº 11,442/2007, REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, , v.82, p.114 -, 2016.
8. BASTOS, G. A. C.
Acidente de trabalho, Revista Academia Nacional de Direito Desportivo, , v.2, p.212 - 231, 2016.
9. BASTOS, G. A. C.; VEIGA, M. F. C.
Carta de Pirenópolis, Revista Academia Nacional de Direito Desportivo, , v.1, p.14 - 17, 2016.
10. BASTOS, G. A. C.
Convenções da OIT: necessidade de ostentarem hierarquia constitucional. Revista LTr, Legislação do Trabalho, , v.70, p.695 - 700, 2016.
11. BASTOS, G. A. C.
Violência das torcidas, Revista Academia Nacional de Direito Desportivo, , v.2, p.163 - 187, 2016.
12. BASTOS, G. A. C.
Teletrabalho (telework ou telecommuting): uma nova forma de ver o tempo e o espaço nas relações de trabalho, REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO, , v.10, p.25 - 52, 2014.
13. BASTOS, G. A. C.
O direito do trabalho e as peculiaridades da atividade dos salões de beleza, Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, , v.37, p.187 - 196, 2012.
14. BASTOS, G. A. C.
Lei nº 11,496/2007, artigo 894 da CLT: o recurso de embargos para o TST: atual sistemática de cabimento do recurso de embargos à SDI-1, REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, , v.74, p.49 - 73, 2008.
15. BASTOS, G. A. C.
Dano moral: tudo tem seu preço, JURIS PLENUM TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, , v.3, p.23 - 29, 2007.
16. BASTOS, G. A. C.
Danos Morais: o conceito, a banalização e a indenização, REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, , v.73, p.88 - 104, 2007.
17. BASTOS, G. A. C.
Trabalho escravo: uma chaga humana, Revista LTr, Legislação do Trabalho, , v.70, p.367 - 371, 2006.
18. BASTOS, G. A. C.
Precatórios: hipóteses de violação ao direito de precedência, Revista LTr, Legislação do Trabalho, , v.64, p.598 - 601, 2000.
19. BASTOS, G. A. C.
Arbitragem no direito do trabalho, Revista LTr, Legislação do Trabalho, , v.63, p.1462 - 1476, 1999.
20. BASTOS, G. A. C.
Os efeitos da aposentadoria espontânea sobre o contrato de trabalho, Revista do Tribunal Regional do Trabalho, , v.4, p.79 - 90, 1997.
21. BASTOS, G. A. C.
Trabalhador avulso, Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, , v.1996, p.11 - 17, 1996.
22. BASTOS, G. A. C.
Temas polêmicos de direito do trabalho: da contratação de pessoal pela administração pública em época anterior a Constituição Federal de 1988, Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, , v.1995, p.11 - 38, 1995.
23. BASTOS, G. A. C.
Temas polêmicos de direito do trabalho: os efeitos da aposentadoria espontânea sobre o contrato de trabalho, Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, , v.1995, p.26 - 38, 1995.

Livros publicados

1. BASTOS, G. A. C.
Direito Desportivo, Brasília: Alumnus, 2014, v.1, p.181.
2. BASTOS, G. A. C.
O Dano Moral no Trabalho, Rio de Janeiro: Editora JC, 2013, v.1, p.255.

Capítulos de livros publicados

1. BASTOS, G. A. C.; SILVA, J. C. O.
Os impactos da Lei n. 13,467/2017 nos contratos especiais de trabalho desportivo [In: Direito do Trabalho e Desporto, 1ª ed, São Paulo - SP: Quartier Latin do Brasil, 2019, v.IV, p. 149-167.
2. BASTOS, G. A. C.
A eficácia horizontal dos direitos fundamentais, a liberdade do trabalhador e o cabimento de habeas corpus. In: Direito do trabalho desportivo: os aspectos jurídicos da Lei Pelé frente às alterações da Lei n. 12395/2011, 1ª ed, São Paulo - SP: LTr, 2013, v.1, p. 305-311.
3. BASTOS, G. A. C.
As renovações e extensões unilaterais de contratos de trabalho de atletas de futebol: contratos de gaveta [In: Direito do trabalho desportivo: homenagem ao professor Albino Mendes Baptista, 1ª ed, São Paulo - SP: Quartier Latin, 2012, v.1, p. 203-218.
4. BASTOS, G. A. C.
Terceirização: aspectos polêmicos [In: A efetividade do direito e do processo do trabalho, 1ª ed, Rio de Janeiro - RJ: Elsevier, 2010, v.1, p. 87-100.

Livros organizados

1. BASTOS, G. A. C.; MELLO FILHO, L. P. V.; BELMONTE, A. A.
Direito do trabalho desportivo: os aspectos jurídicos da Lei Pelé frente às alterações da Lei n. 12395/2011. São Paulo - SP: LTr, 2013, v.1, p.324.

Artigos em jornal de notícias

1. BASTOS, G. A. C.
O exercício do direito de greve pelos servidores da Justiça do Trabalho, Correio Braziliense, Brasília, p.11 - 29, 2015.
2. BASTOS, G. A. C.
Garantia no emprego da gestante doméstica, Jornal Trabalhista, , p.1082 - 1079, 1995.

Artigos em revistas (Magazine)

1. DANTAS, M. N. R.; BASTOS, G. A. C.
A responsabilidade sobre o meio ambiente do trabalho no labor à distância. Inovações no sistema de justiça: meios alternativos de resolução de conflitos, justiça multipartes e iniciativas para a redução de litigiosidade: estudos em homenagem a Múcio Vilar Ribeiro Dantas.. REVISTA DOS TRIBUNAIS, p.1029 - 1052, 2022.
2. BASTOS, G. A. C.
Estatuto de defesa do torcedor e a segurança de eventos desportivos: uma análise sobre a responsabilidade objetiva atribuída às entidades equiparadas a fornecedor e aos seus dirigentes.. Revista de Direito do Consumidor, , p.199 - 216, 2021.
3. SILVA, J. C. O.; BASTOS, G. A. C.
Os impactos da Lei n. 13,467/2017 nos contratos especiais de trabalho desportivo.. Revista LTr: Legislação

do trabalho, Revista LTr - São Paulo, p.1037 - 1045, 2019,

4. BASTOS, G. A. C.,
Direito desportivo, Brasília: Casa da Educação Física, , p.411 - , 2018,
5. BASTOS, G. A. C.; ARRUDA, K. M.,
O Estatuto de defesa do torcedor e as garantias de transparência e publicidade: responsabilização civil das entidades equiparadas a fornecedor, A centralidade do trabalho e os rumos da legislação trabalhista: homenagem ao Ministro João Oreste Dalazen.. Revista LTr - São Paulo, p.123 - 137, 2018,
6. BASTOS, G. A. C.,
Atos de execução concentrada na esfera desportiva.. Tribunal Superior do Trabalho, , 2017,
7. BASTOS, G. A. C.,
Lembranças do primeiro grau, Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, p.60 - 66, 2017,
8. BASTOS, G. A. C.,
O julgamento de recursos repetitivos no TST: conflito funcional: algumas reflexões.. Revista LTr : legislação do trabalho, São Paulo, p.17 - 23, 2017,
9. BASTOS, G. A. C.,
O julgamento de recursos repetitivos no TST: conflito funcional: algumas reflexões.. Justiça & Cidadania, Rio de Janeiro, p.8 - 17, 2017,
10. BASTOS, G. A. C.,
Aspectos processuais da reforma trabalhista: análise às inovações introduzidas pela Lei nº 13.467/2017 à sistemática de concessão da justiça gratuita e de pagamento de honorários periciais e sucumbenciais.. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Rio de Janeiro, p.65 - 76, 2016,
11. BASTOS, G. A. C.,
As renovações e extensões unilaterais de contratos de trabalho e os chamados "contratos de gaveta" entre clubes e atletas - Atualidades sobre direito esportivo no Brasil e no mundo, Tribunal Superior do Trabalho - ENCONTRO NACIONAL SOBRE LEGISLAÇÃO ESPORTIVO-TRABALHISTA, Brasília, p.175 - 188, 2009,
12. BASTOS, G. A. C.,
Convenções da OIT: necessidade de ostentarem hierarquia constitucional.. Revista LTr: legislação do trabalho, São Paulo, p.695 - 700, 2006,
13. BASTOS, G. A. C.,
Trabalho escravo: uma chaga humana, Revista IOB: trabalhista e previdenciária, São Paulo, p.32 - 40, 2006,
14. BASTOS, G. A. C.,
Trabalho escravo: uma chaga humana.. Revista do Direito Trabalhista, Brasília, p.16 - 19, 2006,
15. BASTOS, G. A. C.,
Trabalho escravo: uma chaga humana.. Justiça do Trabalho: revista de jurisprudência trabalhista, Porto Alegre, p.61 - 68, 2006,
16. BASTOS, G. A. C.,
Dano moral: tudo tem seu preço, Revista LTr: legislação do trabalho, , p.171 - 174, 2005,
17. BASTOS, G. A. C.,
O dano moral no direito do trabalho, Revista LTr: legislação do trabalho, , p.94 - , 2003,
18. BASTOS, G. A. C.,
Precatórios: hipóteses de violação ao direito de precedência, Revista LTr: legislação do trabalho e previdência social, São Paulo, p.598 - 601, 2000,
19. BASTOS, G. A. C.,
Precatórios: hipóteses de violação ao direito de precedência, Síntese Trabalhista, Porto Alegre, p.23 - 30, 2000,
20. BASTOS, G. A. C.,
Precatórios: hipóteses de violação ao direito de precedência.. Informativo Jurídico Consulex, , p.10 - 12, 2000,
21. BASTOS, G. A. C.,
Precatórios: hipóteses de violação ao direito de precedência, Gênesis: Revista de Direito do Trabalho, Curitiba, p.666 - 671, 1999,
22. BASTOS, G. A. C.,
Precatórios: hipóteses de violação ao direito de precedência, Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 7. Região, , p.139 - 147, 1999,
23. BASTOS, G. A. C.,
Precatórios: hipóteses de violação ao direito de precedência.. Jornal Trabalhista Consulex, Brasília, p.8 - 10, 1999,
24. BASTOS, G. A. C.,
Renúncia e transação no direito do trabalho, Manual de direito do trabalho: estudos em homenagem ao prof. Cássio Mesquita Barros, São Paulo, p.595 - 617, 1998,
25. BASTOS, G. A. C.,
Garantia no emprego da gestante doméstica, Trabalho & Doutrina: processo, jurisprudência, São Paulo, p.36 - 42, 1996,
26. BASTOS, G. A. C.,
Participação nos lucros da empresa, Síntese Trabalhista, Porto Alegre, p.12 - 13, 1990,
27. BASTOS, G. A. C.,
Participação nos lucros da empresa, Síntese Trabalhista, Porto Alegre, p.12 - 13, 1990,

Apresentação de trabalho e palestra

1. BASTOS, G. A. C.,
A Teoria Da Derrotabilidade No Direito Portuário: Prioridade X Exclusividade, 2023, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
2. BASTOS, G. A. C.,
Adicional de Risco Portuário, 2022, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
3. BASTOS, G. A. C.,
Adicional de riscos, negociação coletiva e exclusividade/prioridade, 2022, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
4. BASTOS, G. A. C.,
Aspectos gerais do Direito do Trabalho Portuário, 2022, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
5. BASTOS, G. A. C.,
Aspectos gerais do Direito do Trabalho Portuário, 2022, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
6. BASTOS, G. A. C.,
Aspectos gerais do Direito do Trabalho Portuário, 2022, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
7. BASTOS, G. A. C.,
O Direito do Trabalho e o Universo Portuário, 2022, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
8. BASTOS, G. A. C.,
O futuro do trabalho portuário ante o progresso tecnológico, 2022, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
9. BASTOS, G. A. C.,
Imprescindibilidade ou não do OGMO na contratação de trabalhador avulso, 2021, (Congresso, Apresentação de Trabalho)

10. BASTOS, G. A. C. Imprescindibilidade ou não do OGMO na contratação de trabalhador avulso, 2021, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
11. BASTOS, G. A. C. Trabalhador portuário avulso: reflexos da isonomia constitucional, 2021, (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
12. BASTOS, G. A. C. Regulamentação legal do esporte e proteção dos direitos dos atletas nos Estados membros do BRICS, 2020, (Outra, Apresentação de Trabalho)
13. BASTOS, G. A. C. A reforma trabalhista e o contrato do treinador, 2018, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
14. BASTOS, G. A. C. A reforma trabalhista e o impacto nas relações de trabalho dos atletas profissionais, 2018, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
15. BASTOS, G. A. C.; RAMOS, A. L. A terceirização e a saúde na questão do home care, 2018, (Outra, Apresentação de Trabalho)
16. BASTOS, G. A. C. A categoria profissional diferenciada no setor de transporte rodoviário de cargas, 2017, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
17. BASTOS, G. A. C. A reforma trabalhista e as questões processuais, 2017, (Outra, Apresentação de Trabalho)
18. BASTOS, G. A. C. As repercussões jurídicas, econômicas e sociais da reforma trabalhista, 2017, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
19. BASTOS, G. A. C. Modernização trabalhista, 2017, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
20. BASTOS, G. A. C. Negociado e legislado: acordos individuais, convenções e acordos coletivos na construção civil, 2017, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
21. BASTOS, G. A. C. O embate entre o legislado e o convencionado, 2017, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
22. BASTOS, G. A. C. Plenitude do direito de imagem do atleta profissional, 2017, (Outra, Apresentação de Trabalho)
23. BASTOS, G. A. C. Reforma trabalhista e terceirização, 2017, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
24. BASTOS, G. A. C. Terceirização, 2017, (Outra, Apresentação de Trabalho)
25. BASTOS, G. A. C. Aplicação da CLT e da Lei Pelé no contrato do jogador e a jurisprudência na justiça do trabalho, 2016, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
26. BASTOS, G. A. C. As legislações trabalhistas e tributárias e os impactos no setor, 2016, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
27. BASTOS, G. A. C. Desconsideração da Pessoa Jurídica, 2016, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
28. BASTOS, G. A. C. Direito do trabalho e desporto - novas perspectivas, 2016, (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
29. BASTOS, G. A. C. Enquadramento sindical: unicidade, unidade e pluralidade na agroindústria, 2016, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
30. BASTOS, G. A. C. Mediação na Justiça do Trabalho, 2016, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
31. BASTOS, G. A. C. Os meios consensuais de composição dos conflitos individuais e coletivos de trabalho no Brasil e no mundo, 2016, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
32. BASTOS, G. A. C. A parceria comercial entre empresa de transporte rodoviário de carga (ETC) e transportador autônomo de carga (TAC), 2015, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
33. BASTOS, G. A. C. A realidade do atleta esportivo, 2015, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
34. BASTOS, G. A. C. A responsabilidade sobre o meio ambiente do trabalho no labor à distância, 2015, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
35. BASTOS, G. A. C. Análise das decisões jurídicas no meio ambiente do trabalho rural no Brasil, 2015, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
36. BASTOS, G. A. C. Conferência de abertura - funções do ministério, 2015, (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
37. BASTOS, G. A. C. Contrato de facção - terceirização e responsabilidade do contratante, 2015, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
38. BASTOS, G. A. C. Diálogo pela terceirização, 2015, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
39. BASTOS, G. A. C. Direito Desportivo, 2015, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
40. BASTOS, G. A. C. Lei nº 13.015/2014 novidades referentes ao recurso de revista, 2015, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
41. BASTOS, G. A. C. O atleta profissional do futebol e a CLT: há compatibilidade?, 2015, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
42. BASTOS, G. A. C. Os direitos dos jogadores de futebol, 2015, (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
43. BASTOS, G. A. C. Panorama jurisprudencial na justiça do trabalho, 2015, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
44. BASTOS, G. A. C. Perspectiva do TST na análise do dano moral, 2015, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
45. BASTOS, G. A. C. Teletrabalho, alterações procedimentais na CLT e aspectos relevantes sobre o recurso de revista, 2015, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
46. BASTOS, G. A. C. Terceirização, 2015, (Seminário, Apresentação de Trabalho)

47. BASTOS, G. A. C. Terceirização dos serviços na área da saúde, 2015, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
48. BASTOS, G. A. C. Terceirização e o atual cenário político e econômico, 2015, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
49. BASTOS, G. A. C. Trabalho externo, Controle de jornada - rastreador veicular, 2015, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
50. BASTOS, G. A. C. Cooperativas x home care: segurança jurídica nas relações de trabalho, 2014, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
51. BASTOS, G. A. C. Dano moral, 2014, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
52. BASTOS, G. A. C. Dano moral, 2014, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
53. BASTOS, G. A. C. Dano moral compensação, Votos destacados em notícias, Provimento e não provimento, 2014, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
54. BASTOS, G. A. C. Direito Desportivo, 2014, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
55. BASTOS, G. A. C. Legalidade, abrangência e limites da atuação do TST, 2014, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
56. BASTOS, G. A. C. Os passivos e demandas trabalhistas na visão do TST: legalidade, abrangência e limites da atuação do TST, 2014, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
57. BASTOS, G. A. C. Terceirização na assistência domiciliar na saúde, 2014, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
58. BASTOS, G. A. C. Terceirização no setor elétrico, 2014, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
59. BASTOS, G. A. C. Terceirização sem fraude à CLT, 2014, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
60. BASTOS, G. A. C. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais, a liberdade do trabalhador e o cabimento do habeas corpus, 2013, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
61. BASTOS, G. A. C. As relações entre o judiciário e o direito desportivo – o caso Oscar, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
62. BASTOS, G. A. C. Dano moral, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
63. BASTOS, G. A. C. Direito desportivo no Brasil e sua evolução sociojurídica, 2013, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
64. BASTOS, G. A. C. Horas extras sétima e oitava (entendimento contrário naquele TRT) e o valor das condenações em dano moral, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
65. BASTOS, G. A. C. Legalidade, abrangência e limites da atuação do TST, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
66. BASTOS, G. A. C. O dano moral: casos curiosos, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
67. BASTOS, G. A. C. O impacto das decisões do TST nas relações trabalhistas das empresas, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
68. BASTOS, G. A. C. Os desafios à justiça do trabalho, 2013, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
69. BASTOS, G. A. C. Os passivos e demandas trabalhistas na visão do TST: legalidade, abrangência e limites da atuação do TST, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
70. BASTOS, G. A. C. Questão trabalhista no agronegócio, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
71. BASTOS, G. A. C. Questões trabalhistas para estrangeiros, 2013, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
72. BASTOS, G. A. C. Súmulas do TST, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
73. BASTOS, G. A. C. Terceirização, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
74. BASTOS, G. A. C. Terceirização – aspectos gerais e visão do poder judiciário, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
75. BASTOS, G. A. C. Terceirização sem fraude à CLT, 2013, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
76. BASTOS, G. A. C. A importância da regulamentação da terceirização no Brasil, 2012, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
77. BASTOS, G. A. C. Aspectos controvertidos do dano moral, 2012, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
78. BASTOS, G. A. C. Danos morais: casos curiosos, 2012, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
79. BASTOS, G. A. C. Legalidade, abrangência e limites da atuação do Tribunal Superior do Trabalho, 2012, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
80. BASTOS, G. A. C. O direito fundamental à liberdade de trabalho do atleta profissional de futebol, 2012, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
81. BASTOS, G. A. C. O direito fundamental à liberdade de trabalho do atleta profissional de futebol, 2012, (Outra, Apresentação de Trabalho)
82. BASTOS, G. A. C. Os passivos e demandas trabalhistas na visão do TST, 2012, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
83. BASTOS, G. A. C. Poder diretivo: uma visão contemporânea, 2012, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

84. BASTOS, G. A. C. Terceirização, 2012, (Outra, Apresentação de Trabalho)
85. BASTOS, G. A. C. Terceirização, Corretores de seguro, 2012, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
86. BASTOS, G. A. C. Terceirização de serviços, 2012, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
87. BASTOS, G. A. C. Terceirização de serviços, 2012, (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
88. BASTOS, G. A. C. Terceirização no setor farmacêutico, 2012, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
89. BASTOS, G. A. C. Uma visão crítica da jurisprudência do TST: teletrabalho, sobreaviso e prescrição relativa ao acidente de trabalho, 2012, (Outra, Apresentação de Trabalho)
90. BASTOS, G. A. C. As conclusões do grupo de estudos de direito desportivo trabalhista, 2011, (Outra, Apresentação de Trabalho)
91. BASTOS, G. A. C. Dano moral, 2011, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
92. BASTOS, G. A. C. Desconsideração da personalidade jurídica, 2011, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
93. BASTOS, G. A. C. Direito Desportivo, 2011, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
94. BASTOS, G. A. C. Direito em evolução: temas atuais, 2011, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
95. BASTOS, G. A. C. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações de trabalho, 2011, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
96. BASTOS, G. A. C. O atleta profissional do futebol e a CLT, 2011, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
97. BASTOS, G. A. C. O atleta profissional do futebol e a CLT: há compatibilidade?, 2011, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
98. BASTOS, G. A. C. Recurso de revista: prequestionamento fático e jurídico, 2011, (Outra, Apresentação de Trabalho)
99. BASTOS, G. A. C. Direito desportivo trabalhista, 2010, (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
100. BASTOS, G. A. C. Equiparação salarial em cadeia, 2010, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
101. BASTOS, G. A. C. Questões controversas que envolvem os atletas profissionais de futebol – cláusula penal, contrato de gaveta e direito de imagem e de arena, 2009, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
102. BASTOS, G. A. C. Agravo de instrumento em recurso de revista – AIRR, 2008, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
103. BASTOS, G. A. C. Assédio moral, 2008, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
104. BASTOS, G. A. C. Contratos de corretagem: natureza da relação jurídica entre corretor e seguradora, 2008, (Outra, Apresentação de Trabalho)
105. BASTOS, G. A. C. Dano moral, 2008, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
106. BASTOS, G. A. C. Dano moral: caracterização, prescrição e quantificação, 2008, (Outra, Apresentação de Trabalho)
107. BASTOS, G. A. C. Embargos de declaração, A nova sistemática dos embargos para SDI, 2008, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
108. BASTOS, G. A. C. Jogador de futebol e a Lei Pelé, Unilateralidade ou bilateralidade na aplicação da cláusula penal, 2008, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
109. BASTOS, G. A. C. Medidas cautelares e antecipatórias no processo do trabalho, 2008, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
110. BASTOS, G. A. C. Recurso de embargos no TST e recurso extraordinário, Lei nº 11496 de 22.06.2007 – art. 894 da CLT, 2008, (Outra, Apresentação de Trabalho)
111. BASTOS, G. A. C. Competência da justiça do trabalho, 2005, (Outra, Apresentação de Trabalho)
112. BASTOS, G. A. C. Competência da justiça do trabalho em função da EC n.º 45, 2005, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
113. BASTOS, G. A. C. Direito tutelar - redução da jornada e ampliação de empregos, 2004, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
114. BASTOS, G. A. C. Relações trabalhistas nas cooperativas de crédito, 2004, (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
115. BASTOS, G. A. C. Los tribunales regionales de trabajo en el contexto de la justicia laboral brasileña, 2003, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
116. BASTOS, G. A. C. Mercosur y derecho del trabajo brasileño, 2003, (Outra, Apresentação de Trabalho)
117. BASTOS, G. A. C. A responsabilidade solidária e o processo trabalhista, 2000, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
118. BASTOS, G. A. C. Irrenunciabilidade e transacionabilidade, 2000, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
119. BASTOS, G. A. C. Redução dos adicionais legais por acordo coletivo sindical, 2000, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
120. BASTOS, G. A. C. Execução de recolhimentos previdenciários pela justiça do trabalho - competência da justiça do trabalho - meio ambiente, 1999, (Congresso, Apresentação de Trabalho)
121. BASTOS, G. A. C. O emprego dos métodos alternativos na área trabalhista, 1998, (Outra, Apresentação de Trabalho)

122. BASTOS, G. A. C. **Conflitos e relações de trabalho: o papel da justiça do trabalho**, 1997, (Outra, Apresentação de Trabalho)
123. BASTOS, G. A. C. **Los conflictos colectivos de trabajo en el derecho brasileño y español**, 1997, (Seminário, Apresentação de Trabalho)
124. BASTOS, G. A. C. **El despido de la trabajadora embarazada**, 1996, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
125. BASTOS, G. A. C. **Jornada sobre el derecho del trabajo en Iberoamérica**, 1996, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
126. BASTOS, G. A. C. **Las indemnizaciones por daño moral en las relaciones de trabajo**, 1996, (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Demais produções bibliográficas

1. BASTOS, G. A. C.; SILVA, J. C. O. **Posfácio do Livro O Supremo Tribunal Federal e os Precedentes Vinculantes em Matéria Trabalhista: Análise à Luz dos Princípios da Segurança Jurídica e da Isonomia**, Brasília - DF: RTM, 2021. (Posfácio, Prefácio Posfácio)
2. BASTOS, G. A. C. **Atualidades sobre Direito Esportivo no Brasil e no Mundo**. Organização dos artigos do III Encontro Nacional sobre Legislação Esportiva-Trabalhista, Brasília - DF: TST, 2010. (Outra produção bibliográfica)

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. BASTOS, G. A. C. **Direito do Trabalho em Tempos Pandemia: Impactos nas relações laborais, na saúde mental e na vida dos empregados**, 2021
2. BASTOS, G. A. C. **Flexibilização da CLT**, 2003

Demais produções técnicas

1. BASTOS, G. A. C. **Direito Desportivo na Pandemia**, 2021. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
2. BASTOS, G. A. C. **Direito Desportivo na Pandemia**, 2020. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
3. BASTOS, G. A. C. **O Futuro do Direito do Trabalho no Brasil**, 2018. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
4. BASTOS, G. A. C. **Direito Desportivo**, 2013. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
5. BASTOS, G. A. C. **Formação e Aperfeiçoamento para Operadores do Direito Desportivo**, 2011. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
6. BASTOS, G. A. C. **Temas Contemporâneos de Direito- Os Crimes contra a Administração da Justiça e a Atuação do Juiz do Trabalho**, 2009. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Educação e Popularização de G&T

Apresentação de trabalho e palestra

1. BASTOS, G. A. C. **Adicional de Risco Portuário**, 2022. (Seminário, Apresentação de Trabalho)
2. BASTOS, G. A. C. **Adicional de riscos, negociação coletiva e exclusividade/prioridade**, 2022. (Seminário, Apresentação de Trabalho)
3. BASTOS, G. A. C. **Aspectos gerais do Direito do Trabalho Portuário**, 2022. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
4. BASTOS, G. A. C. **Aspectos gerais do Direito do Trabalho Portuário**, 2022. (Seminário, Apresentação de Trabalho)
5. BASTOS, G. A. C. **Aspectos gerais do Direito do Trabalho Portuário**, 2022. (Seminário, Apresentação de Trabalho)
6. BASTOS, G. A. C. **O Direito do Trabalho e o Universo Portuário**, 2022. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
7. BASTOS, G. A. C. **O futuro do trabalho portuário ante o progresso tecnológico**, 2022. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. **I Seminário de Direito do Trabalho Portuário**, 2023. (Seminário)
Aspectos Contemporâneos do Direito do Trabalho Portuário.
2. **II Seminário do Direito do Trabalho Portuário**, 2023. (Seminário)
A Teoria Da Derrotabilidade No Direito Portuário: Prioridade X Exclusividade.
3. **Imersão Indústria - Sustentabilidade, Competitividade e Gestão**, 2023. (Outra)
Compliance Trabalhista e suas implicações dentro das empresas.
4. **Seminário Nacional de Direito do Trabalho**, 2023. (Seminário)
A negociação coletiva no agronegócio: Desafios e Oportunidades para o desenvolvimento Regional.

5. Sul Export 2023, 2023, (Congresso)
A Teoria Da Derrotabilidade No Direito Portuário,
6. VI Congresso de Direito Marítimo e Portuário, 2023, (Congresso)
Painel 9 - Questões Polêmicas de Direito Portuário do Trabalho - Exclusividade e Adicional de Risco,
7. XVII Seminário Gestão Esportiva, 2023, (Seminário)
Modelagem e Segurança Jurídica do Ambiente de Negócio do Futebol: Píjar do Mercado,
8. Brasil Export 2022 - Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária, 2022, (Outra)
Solenidade de Abertura,
9. Congresso Nacional de Trabalho Marítimo e Portuário, 2022, (Congresso)
Palestra Especial de encerramento,
10. Diálogos sobre Direito do Trabalho Portuário e Justiça do Trabalho, 2022, (Seminário)
Palestrante,
11. Seminário Internacional sobre Sistemas de Jurisdição Trabalhista: Pesquisa e Integração, 2022, (Seminário)
ENAMAT 28 e 29 de junho de 2022,
12. Seminário sobre Direito Desportivo, 2022, (Seminário)
,
13. Simposista no(a) Seminário sobre Precatórios na Justiça do Trabalho: Atualidades e Perspectivas, 2022, (Seminário)
Presidente de mesa responsável pela disciplina: As rotinas e responsabilidades do setor de precatórios,
14. Apresentação de Poster / Painel no(a) Sociedade Anônima do Futebol - SAF Aspectos Constitutivos, Tributários e Trabalhistas, 2022, (Seminário)
Abertura - Ministro Corregedor Geral da Justiça do Trabalho,
15. Moderador no(a) Congresso Universitário da Justiça Desportiva o Futebol, 2021, (Congresso)
Abertura do Congresso Universitário da Justiça Desportiva o Futebol,
16. Moderador no(a) II Congresso Nacional de Direito Desportivo Justiça do Trabalho Modalidade Presencial e Telepresencial, 2021, (Congresso)
Solenidade de Assinatura de Convênio com a FERJ Visando Incentivar a Prática de Mediação e Conciliação como Solução e Pacificação de Conflitos Desportivos de Clubes Filiais à Entidade de Administração do Desporto Carioca,
17. XI Congresso Internacional De La Academia Brasileira De Derecho Del Trabajo, 2021, (Congresso)
Assistência Al XI Congresso Internacional De La Academia Brasileira De Derecho Del Trabajo,
18. Aula de Encerramento do Ano de 2018 da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (EJ1), 2018, (Encontro)
Mediação e Direito Desportivo,
19. Seminário Internacional de Gestão e Governança no Futebol, 2018, (Seminário)
,
20. Conferência Iberoamericana 2017, com o tema El Trabajo desportivo y la justicia laboral, 2017, (Outra)
,
21. Moderador no(a) Seminário Responsabilidade Civil no Desporto, 2017, (Seminário)
Membro da mesa de abertura,
22. Workshop de Direito de Futebol da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, 2016, (Outra)
,
23. Moderador no(a) 3º Congresso Internacional de Direito do Trabalho, 2013, (Congresso)
Mudanças no Mundo do Trabalho: Novas Formas de Contratação,
24. Apresentação (Outras Formas) no(a) Seminário Novas Relações de Trabalho para o Brasil do Século 21, 2012, (Seminário)
Debate no Seminário Novas Relações de Trabalho para o Brasil do Século 21,
25. Participação Especial no Congresso Nacional IBDD 10 anos, 2011, (Congresso)
,
26. Participação Especial no Seminário de Direito Desportivo, promovido pela AMATRA II, 2010, (Seminário)
,
27. V Seminário Goiano de Direito Desportivo, 2010, (Seminário)
Debate sobre o tema Atualidades da Justiça Desportiva,
28. Conferencista no(a) Fórum Internacional de Direitos Humanos e Direito Social, 2005, (Outra)
Conferencista do Fórum Internacional de Direitos Humanos e Direito Social,
29. 1º Fórum Mundial de Juizes - Democratização e acesso à Justiça, 2002, (Outra)
,
30. Seminário A imunidade de jurisdição e o judiciário brasileiro, 2002, (Seminário)
Debate no Seminário A imunidade de jurisdição e o judiciário brasileiro,
31. 13º Congresso Brasileiro de Direito Coletivo e de Direito Constitucional do Trabalho, 1998, (Congresso)
Debate sobre o tema A negociação coletiva e a compensação de horas,
32. Apresentação (Outras Formas) no(a) Ciclo de Conferências Jurídicas, 1998, (Outra)
Debate sobre o tema Processo de execução: em busca da efetividade da tutela jurisdicional,
33. II Encontro Regional da Justiça do Trabalho, 1998, (Encontro)
Debate sobre o tema Juízo de execução - algumas experiências,
34. Apresentação de Poster / Painel no(a) 9º Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabalho, 1997, (Congresso)
Painelista e debatedor sobre o tema Duplo grau de jurisdição e o processo trabalhista, Simplificação do sistema recursal,
35. Apresentação de Poster / Painel no(a) Congresso sobre Trabalho Rural, 1997, (Congresso)
Painelista com o tema Acidentes do Trabalho, Competência Material,
36. Semana Internacional de Direito do Trabalho e Previdência Social, 1997, (Outra)
Debate sobre o tema As Relações entre o direito do trabalho, a previdência e a economia, Perspectivas brasileiras,
37. Apresentação de Poster / Painel no(a) V Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho, 1997, (Congresso)
Painelista e debatedor do V Congresso Brasileiro de Direito Individual do Trabalho,
38. Apresentação de Poster / Painel no(a) I Congresso Brasileiro de Processo Civil e Trabalhista - O Processo Judiciário no Limiar do Século XXI, 1996, (Congresso)
Painelista e debatedor sobre o tema Competência da Justiça do Trabalho - análise crítica e procedimento para reintegração de estável.

Organização de evento

1. BASTOS, G. A. C.
1º Seminário Internacional de Direito Desportivo da Língua Portuguesa, 2021, (Outro, Organização de evento)
2. BASTOS, G. A. C.
Coordenador do JURISPORTS - Digital, 2020, (Congresso, Organização de evento)

3. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do JURISPORTS - Lisboa, 2019, (Congresso, Organização de evento)
4. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do JURISPORTS Teresópolis - RJ, 2019, (Congresso, Organização de evento)
5. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do JURISPORTS - Orlando, 2018, (Congresso, Organização de evento)
6. BASTOS, G. A. C.,
Presidiu a mesa de debates na XIV Jornada Jurídica da UNDB, com o tema central: "30 anos da Constituição Federal", 2018, (Outro, Organização de evento)
7. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do evento Atos de Execução Concentrada na Esfera Desportiva, 2017, (Outro, Organização de evento)
8. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do JURISPORTS - Madri, 2017, (Congresso, Organização de evento)
9. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do 2º Congresso Internacional da ANDD – Direito Desportivo e Trabalhista, 2017, (Congresso, Organização de evento)
10. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do JURISPORTS - Roma, 2016, (Congresso, Organização de evento)
11. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do VII JURISPORTS Ribeirão Preto - SP, 2016, (Congresso, Organização de evento)
12. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador na Reunião Violência das Torcidas Organizadas, 2016, (Outro, Organização de evento)
13. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do III JURISPORTS Porto Alegre - RS, 2015, (Congresso, Organização de evento)
14. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do IV JURISPORTS Rio de Janeiro - RJ, 2015, (Congresso, Organização de evento)
15. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do V JURISPORTS Maceló - AL, 2015, (Congresso, Organização de evento)
16. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do VI JURISPORTS Belo Horizonte - MG, 2015, (Congresso, Organização de evento)
17. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do JURISPORTS Brasília - DF, 2014, (Congresso, Organização de evento)
18. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do II JURISPORTS Foz do Iguaçu - PR, 2014, (Congresso, Organização de evento)
19. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do Grupo de Estudos de Direito Desportivo, 2013, (Outro, Organização de evento)
20. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador Geral do Encontro Paulista sobre Legislação Esportiva, 2012, (Outro, Organização de evento)
21. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador da Comissão Especial de Legislação e Direito Desportivo, 2011, (Outro, Organização de evento)
22. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do I Congresso Internacional sobre Legislação Desportiva Trabalhista, 2011, (Congresso, Organização de evento)
23. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do III Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista, 2010, (Outro, Organização de evento)
24. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do II Encontro Nacional sobre Legislação Esportivo-Trabalhista, 2009, (Outro, Organização de evento)
25. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador da I Jornada Jurídica de Tangará da Serra, 2004, (Outro, Organização de evento)
26. BASTOS, G. A. C.,
Membro da Comissão Geral Organizadora do Fórum Internacional Sobre Flexibilização no Direito do Trabalho, 2004, (Outro, Organização de evento)
27. BASTOS, G. A. C.,
Membro da Comissão Geral Organizadora do Fórum Internacional Sobre Flexibilização no Direito do Trabalho, 2003, (Outro, Organização de evento)
28. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do 8º Ciclo Internacional de Conferências O Ordenamento Jurídico, a Justiça e a Realidade Social, 2001, (Outro, Organização de evento)
29. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do 7º Ciclo Internacional de Conferências O Ordenamento Jurídico, a Justiça e a Realidade Social, 2000, (Outro, Organização de evento)
30. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do 5º Ciclo Internacional de Conferências Estado de Direito: Uma realidade possível, 1999, (Outro, Organização de evento)
31. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do 6º Ciclo Internacional de Conferências Direito: Flexibilidade na formulação, rigor na aplicação e efetividade na execução, 1999, (Outro, Organização de evento)
32. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do 2º Ciclo de Estudos Jurídicos de Mato Grosso, 1998, (Outro, Organização de evento)
33. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do 3º Ciclo de Estudos Jurídicos de Mato Grosso, 1998, (Outro, Organização de evento)
34. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do 4º Ciclo Internacional de Conferências Vira o Século, Evolui o Direito, 1998, (Outro, Organização de evento)
35. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do 1º Ciclo de Estudos Jurídicos de Mato Grosso, 1997, (Outro, Organização de evento)
36. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do IV Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso, 1996, (Outro, Organização de evento)
37. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do V Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso, 1996, (Outro, Organização de evento)
38. BASTOS, G. A. C.,
Coordenador do 2º Ciclo Internacional de Conferências O Poder Judiciário e o Direito, 1996, (Outro, Organização de evento)

39. BASTOS, G. A. C., Coordenador do 3º Ciclo Internacional de Conferências O Direito em sua Magnitude, 1996, (Outro, Organização de evento)
40. BASTOS, G. A. C., Coordenador do I Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso, 1995, (Outro, Organização de evento)
41. BASTOS, G. A. C., Coordenador do II Encontro Jurídico de Direito do Trabalho Rural de Mato Grosso, 1995, (Outro, Organização de evento)
42. BASTOS, G. A. C., Coordenador do 1º Ciclo Internacional de Conferências sobre o Mercosul e as Relações Laborais, 1995, (Outro, Organização de evento)
43. BASTOS, G. A. C., Coordenador do I Curso de Direito Processual do Trabalho de Cuiabá, 1994, (Outro, Organização de evento)
44. BASTOS, G. A. C., Coordenador do IV Ciclo de Palestras de Direito do Trabalho de Cuiabá, 1994, (Outro, Organização de evento)

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico	23
Livros publicados	2
Capítulos de livros publicados	4
Livros organizados ou edições	1
Jornais de Notícias	2
Revistas (Magazines)	27
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra)	54
Apresentações de trabalhos (Congresso)	20
Apresentações de trabalhos (Seminário)	28
Apresentações de trabalhos (Simpósio)	7
Apresentações de trabalhos (Outra)	17
Posfácios (Livro)	1
Demais produções bibliográficas	1

Produção técnica

Curso de curta duração ministrado (outro)	6
Programa de Rádio ou TV (entrevista)	1
Programa de Rádio ou TV (mesa redonda)	1

Eventos

Participações em eventos (congresso)	13
Participações em eventos (seminário)	15
Participações em eventos (encontro)	2
Participações em eventos (outra)	8
Organização de evento (congresso)	15
Organização de evento (outro)	29

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 18/10/2023 às 17:45:25.

GUILHERME
AUGUSTO CAPUTO
BASTOS:34063

Assinado de forma digital por
GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS:34063
Data: 2023.10.18 18:42:03
+03'00'



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMCB Nº 32/2023

Brasília, 17 de outubro de 2023.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF**

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 1 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 5º, inciso II, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal**, informo a V. Exª que **posso parentes** que exerceram e exercem atividades públicas vinculadas à estrutura do Poder Judiciário, conforme abaixo discriminados:

- LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO

Grau de parentesco: Sogro

Cargo: Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – 1981/1995

Lotação: Tribunal Superior do Trabalho - TST

CPF: [informações pessoais](#)

- CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS

Grau de parentesco: Irmão

Cargo: Ministro do Tribunal Superior Eleitoral – 2000-2008

Lotação: Tribunal Superior Eleitoral – TSE – vaga destinada a Juristas

CPF: [informações pessoais](#)

- FLÁVIA SIMÕES FALCÃO

Grau de parentesco: Cunhada

Cargo: Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Lotação: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – TRT10

CPF: informações pessoais

- LUIS EDUARDO CORREIA SERRA

Grau de parentesco: Cunhado

Cargo: Procurador do Distrito Federal

Lotação: Procuradoria-Geral do Distrito Federal

CPF: informações pessoais

Respeitosamente,

GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS:34063

Assinado de forma digital por
GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS:34063
Dados: 2023.10.18 16:50:51 -03'00'

GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMCB Nº 38/2023

Brasília, 17 de outubro de 2023.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF**

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal**, informo a V. Exª que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Respeitosamente,

GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS:34063

Assinado de forma digital por
GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS:34063
Dados: 2023.10.18 16:00:25 -03'00'

GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMCB Nº 33/2023

Brasília, 17 de outubro de 2023.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF**

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 2 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal**, informo a V. Ex^a que não ocupei, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Respeitosamente,

**GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO
BASTOS:34063**

Assinado de forma digital por
GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS:34063
Dados: 2023.10.18 16:04:43 -03'00'

GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMCB Nº 34/2023

Brasília, 17 de outubro de 2023.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF**

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 3, e § 3º do Regimento Interno do Senado Federal**, informo a V. Ex^a a minha **regularidade fiscal**, no âmbito federal, estadual e municipal, **conforme documentação anexa**.

Respeitosamente,

GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO
BASTOS:34063

Assinado de forma digital por
GUILHERME AUGUSTO CAPUTO
BASTOS:34063
Dados: 2023.10.18 16:03:38 -03'00'

GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
CPF: 182.231.251-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 08:21:03 do dia 18/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 15/04/2024.

Código de controle da certidão: **7B92.E33C.AFB6.4265**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 321112231662023
NOME: GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
ENDEREÇO: informações pessoais
CIDADE:
CPF: 182.231.251-53
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

PARCELAMENTO ADMINISTRATIVO COM PARCELAS VINCENDAS.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5.172/66 – CTN.
Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

**Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 17 de janeiro de 2024. ***

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMCB Nº 35/2023

Brasília, 17 de outubro de 2023.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF**

Assunto: Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 4 e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal**, informo a V. Exª a **inexistência de ações judiciais** em que figure como parte, seja como autor ou réu, em qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar.

Respeitosamente,

**GUILHERME
AUGUSTO
CAPUTO
BASTOS:34063**

Assinado de forma digital
por GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS:34063
Dados: 2023.10.18
16:03:03 -03'00'

GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMCB Nº 36/2023

Brasília, 17 de outubro de 2023.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF**

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5, e § 2º**, do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Exª que atuo como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 4 de outubro de 2007.

Respeitosamente,

**GUILHERME
AUGUSTO CAPUTO
BASTOS:34063**

Assinado de forma digital
por GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS:34063
Dados: 2023.10.18 16:02:15
-03'00'

GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMCB Nº 37/2023

Brasília, 17 de outubro de 2023.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF**

Assunto: **Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea b, item 5 e § 2º**, do Regimento Interno do Senado Federal, informo a V. Ex^a que não atuei, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Respeitosamente,

**GUILHERME
AUGUSTO CAPUTO
BASTOS:34063**

Assinado de forma digital por
GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS:34063
Dados: 2023.10.18 16:00:59
-03'00'

GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMCB Nº 39/2023

Brasília, 17 de outubro de 2023.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL
Brasília – DF**

Assunto: Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, **previsto no art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos art. 383, inciso I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal**, encaminho argumentação escrita.

Respeitosamente,

GUILHERME
AUGUSTO
CAPUTO
BASTOS:34063

Assinado de forma digital
por GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS:34063
Dados: 2023.10.18 15:58:16
-03'00'

GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA DO CANDIDATO

(Resolução nº 41/2013 do Senado Federal)

Excelentíssimas Senhoras Senadoras,

Excelentíssimos Senhores Senadores,

Ao tempo em que cumprimento Vossas Excelências, tenho a honra de dirigir-me ao Senado Federal para apresentar a argumentação pessoal de que trata o artigo 383, inciso I, do seu Regimento Interno.

Na Sessão Plenária do Tribunal Superior do Trabalho, realizada no dia 16 próximo passado, tive a honra de ter meu nome sufragado, à unanimidade, pelos meus pares para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça na vaga constitucionalmente destinada ao TST, na forma do artigo 103-B, III, da Constituição Federal.

Trata-se, portanto, de momento de júbilo na carreira profissional por mim abraçada no já distante ano de 1989 – a magistratura do Trabalho. A alegria com que abraço a oportunidade é de igual dimensão ao senso de responsabilidade que me imbui a aceitar a missão e submeter meu nome à apreciação do Senado Federal para que se cumpra o requisito constitucional da necessária arguição pública.

Ao dar cumprimento à exigência regimental, apresento a Vossas Excelências, de forma resumida, fatos, circunstâncias e êxitos a respeito da minha atividade acadêmica e profissional, os quais podem ser melhor avaliados pelo exame do Currículo Lattes que acompanha a documentação ora encaminhada ao Senado Federal.

No que toca à minha vida acadêmica, esclareço que me graduei em Direito pela Universidade de Brasília no ano de 1986, havendo cursado Especialização em Direito do Trabalho, nos anos de 1988/1989, no Centro de Ensino Universitário de Brasília, ocasião na qual apresentei artigo intitulado “Direitos Sociais na Nova Constituição”, bem como em Direito Material e Processual do Trabalho pela Universidade de León, Espanha.

Posteriormente, no ano de 2021, concluí Doutorado em Direito Desportivo na Universidade Nove de Julho, em São Paulo, defendendo a tese “Fundamentos do Direito do Desporto na Atmosfera Econômica e Empresarial”, sob a orientação do Professor Doutor Ricardo Sayeg.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Nos anos de 1977 a 1989, tive a honra de, na qualidade de servidor público aprovado por concurso público, trabalhar no extinto Tribunal Federal de Recursos, Tribunal do qual guardo saudosas lembranças.

Em 1989, fui aprovado em concurso público de provas e títulos e nomeado para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto no egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília/DF.

Promovido pelo critério de merecimento em 1992, ascendi ao cargo de Desembargador Federal do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, com sede em Cuiabá/MT, em razão do desmembramento da competência territorial do TRT da 10ª Região. O desafio de sair da Capital Federal para assumir o cargo no segundo grau da magistratura do Trabalho do Estado de Mato Grosso mostrou-se, inicialmente, desafiador, porém, em pouco tempo, revelou-se por demais prazeroso, em razão da acolhida sincera e pelos vínculos de amizade formados em solo pantaneiro.

Em Mato Grosso, exerci a Presidência da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 23ª Região (AMATRA XXIII), no biênio 1993/1995, bem como a Coordenadoria Geral de Eventos da referida associação de classe em 1995/1997.

Assumi a Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região no biênio de 1995/1997, tempo em que cumulei a função de Diretor da Escola Judicial do Tribunal e a Presidência da Comissão de Obras para a construção do complexo trabalhista na cidade de Cuiabá/MT.

Minha carreira na magistratura seguiu ao assumir a Presidência do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região no biênio 1997/1999, tempos de muitos desafios, empenho funcional, foco administrativo e satisfação pessoal. Aproveito, aqui, a oportunidade de agradecer a todos e a cada um dos amigos que à minha vida foram somados naqueles tempos inesquecíveis.

Nos anos de 2000 a 2007, atuei na qualidade de Juiz Convocado no Tribunal Superior do Trabalho, havendo, no final do período da convocação, para goáudio pessoal, funcional e familiar, sido indicado para exercer o cargo de Ministro da mais alta Corte Trabalhista do país.

Tive a grata oportunidade, ainda, de ter sido eleito para atuar como Juiz do Tribunal Administrativo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com sede na cidade de Washington-DC, Estados Unidos da América, no período de 2000 a 2002, experiência que reputo valorosa na minha formação funcional.



Desde o ano de 2007, portanto, tenho a honra de integrar o Tribunal Superior do Trabalho, última instância de julgamento dos embates estabelecidos entre patrões e empregados. Penso que nosso país merece constante reflexão acerca dos caminhos vividos e as opções de destino a serem escolhidos por aqueles que têm a missão de, nas mais diversas searas, conduzi-lo.

Olhando para trás, e refletindo sobre o caminho percorrido, ousou afirmar que envidei todos os esforços que ao meu alcance estavam para honrar a Justiça do Trabalho, exercendo com denodo a judicatura que mais próxima está do cidadão. Nunca desgarrando da minha casa, a magistratura do trabalho, penso que seja a hora de empenhar-me em levar a experiência aqui vivida para o órgão de controle administrativo da Justiça Nacional, o Conselho Nacional de Justiça. Ouso submeter, assim, meu nome com o apoio dos meus pares, revelado pelo recente sufrágio do Plenário do TST.

Há exatos 35 anos, Ulisses Guimarães erguia em suas mãos, diante de um lotado Plenário do Congresso Nacional, o texto constitucional que inaugurava a nova ordem jurídica brasileira. Denominada de “cidadã”, a Constituição Federal de 1988 decorreu da reivindicação inequívoca da vontade das ruas pela mudança radical nos rumos políticos, jurídicos e econômicos do país.

Na ocasião, ressaltou Ulisses que 25% da nossa população permanecia analfabeta, bem como a premente necessidade de que o trabalhador recebesse de forma justa, por suficiente e digno trabalho. Após consignar que o texto em promulgação fora resultado de exaustiva e aprofundada discussão entre os Constituintes, materializada em 61.020 Emendas Parlamentares e 121 Emendas Populares, sublinhou que o texto não se revelava acabado.

Nesse sentido, frisou Ulisses, ainda, que a Constituição “não é perfeita”, pelo que estaria permanentemente aberta a via da reforma dos dispositivos constitucionais por meio da atuação do poder constituinte derivado, viabilizando, no tempo político oportuno, a adequação do texto original promulgado às reais necessidades da sociedade.

Ao mencionar esse importante momento histórico de nossa sociedade, busco destacar que o Direito - o ordenamento jurídico - não é “foto” inerte a ser inevitavelmente desbotada pelo passar do tempo, mas “filme”, cujo movimento contínuo dá forma à evolução social. É dizer, embora cristalizada a disciplina legal de determinado tema no ordenamento jurídico, tem-se que a evolução das relações sociais deve motivar a adequação do quanto legislado à realidade de vida que se pretende tutelar. Essa missão, por óbvio, é de Vossas Excelências, no desempenho da atividade parlamentar.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

É nesse contexto que a estrutura constitucional inicial do Poder Judiciário nacional, pensada pelo constituinte originário, foi alterada pela promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004, que, ao instituir a reforma do referido Poder, em boa hora criou o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

A missão do Conselho Nacional de Justiça não é simples, porquanto incumbido de aperfeiçoar o trabalho do Poder Judiciário nacional, dando concretude às políticas que venham impactar de forma positiva a atividade judicante em prol, sempre, do jurisdicionado. A ampla competência constitucional do CNJ, prevista no § 4º do artigo 103-B, busca conferir “excelência em governança e gestão do Poder Judiciário, a garantir eficiência, transparência e responsabilidade social da Justiça brasileira”.

O desafio de assumir o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, portanto, mostra-se por demais importante à vida funcional e pessoal de qualquer de seus integrantes. A pluralidade do órgão, colmatado pela visão das diversas esferas do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público brasileiro e da Sociedade Civil, traz legitimidade às decisões proferidas por aquela Corte Administrativa.

Ao tempo em que, mesmo de forma breve, rememoro o caminho profissional por mim até aqui percorrido, peço licença para submeter meu nome à apreciação de Vossas Excelências para, caso seja honrado pela confiança do Parlamento, possa exercer o cargo de Membro do Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada ao Tribunal Superior do Trabalho.

Na expectativa de haver atendido o disposto na Resolução nº 41/2013 do Senado Federal, subscrevo, respeitosamente.

**GUILHERME
AUGUSTO CAPUTO
BASTOS:34063**

Assinado de forma digital
por GUILHERME AUGUSTO
CAPUTO BASTOS:34063
Dados: 2023.10.18
16:28:01 -03'00'

GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho